

ACTA Nº 18

Aos **vinte e nove** dias do mês de **Setembro**, do ano de **dois mil e oito**, pelas 09h00, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Municipal, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia dez do mesmo mês, constavam, da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de “antes da ordem do dia”.
II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos: 1º. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal; 2º. 1ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2008; 3º. Lançamento de Derrama para Financiamento de Investimentos; 4º. Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; 5º. Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima; 6º. Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação Contrato de Execução; 7º. Regulamento Municipal para Recuperação de Habitações Degradadas de Estratos Sociais Desfavorecidos; 8º. Regulamento para a Concessão do Cartão do Idoso; 9º. Artº 48º da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) Auditor Externo; e, 10º. Isenção de I.M.T.
III - Período de Intervenção do Público.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos com a habitual saudação protocolar.

Em virtude da ausência da Primeira Secretária, Dra. Anabela Rodrigues, em conformidade com o disposto no Regimento, a Dra. Margarida Rodrigues substituiu-a no cargo, tendo sido convidada a Deputada D. Maria da Conceição Pereira a ocupar lugar enquanto Segunda Secretária.

Foram, pela Mesa, consideradas justificadas as faltas dos membros Dra. Anabela Rodrigues, Dra. Dora Ferreira, Dra. Maria João Bento e Engª Técnica Natacha Lourenço, sendo as duas primeiras substituídas pelos Sr. Tomás Coelho e Arqº Álvaro Queiroz, respectivamente.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, anunciou, ainda, que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Silva, D. Maria Isabel Sousa, se fez substituir pelo Sr. José Carlos Lopes, tendo a Mesa considerado justificada a sua falta.

Após, deu nota e:

1. Agradeceu a gentileza do Sr. Presidente da Câmara Municipal no facultar de ingresso adicional aos membros deste órgão ao espectáculo de “wrestling” e à actuação do grupo “Vaya con Dios”;
2. Sublinhou, entre o mais, os êxitos alcançados com a “Valença Medieval”, “Expominho 2008” e a II Edição do “Sai Prá Rua”; e,
3. Destacou o renovado site do Município de Valença e as suas valências – realçando o amplo “espaço” concedido à Assembleia Municipal.

A **Primeira Secretária**, em exercício, **Dra. Margarida Rodrigues**, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

Passou-se à **discussão da Acta nº 17**, usando da palavra o **Deputado Sr. Armando Carvalho** para solicitar que na pág. 5, ponto 3, da sua intervenção, fosse acrescentada a menção que “o Sr. Presidente da Câmara Municipal terá todo o apoio da CDU e que concordam que se mantenha o SAP aberto no período nocturno por falta de cumprimento do protocolo e que se mantenham cumulativamente os meios acessórios que constavam do protocolo no caso do SAP fechar, ou seja apoiem o SAP aberto e a manutenção dos meios complementares entretanto protocolados”.

Pelo **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, foi dito que tal exacta notação constará textualmente da a elaborar relativa a esta sessão, por de acréscimo se cuidar.

Colocada, então, à votação, num universo de 34 votantes, registaram-se 0 votos contra, 6 abstenções (Dra. Margarida Rodrigues, Arqº Carlos Marinho, Sr. Manuel Temporão, Sr. José Manuel Fernandes, Sr. Luís Amorim e Sr. José Carlos Lopes) e 28 votos a favor. **Aprovada por Maioria.**

PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES POLÍTICAS E ÀS INTERPELAÇÕES AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Insistir que, apesar de ter sido aprovada por unanimidade moção para descentralização das sessões da Assembleia Municipal pelas freguesias, estas continuam a realizar-se no salão da Biblioteca, dizendo parecer-lhe que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal está a exagerar na interpretação dos poderes que lhe confere o Regulamento, ao entender que tem que se formular convite;

2. Dar conhecimento que, relativamente à análise das Actas da Câmara do período compreendido entre Maio a Setembro, ressalta a proposta de alteração do PDM no que toca à área ocupada pelo aterro sanitário de Valença por parte da CCDRN;

3. Assumir tratar-se de um assunto complexo, considerando útil dividi-lo em duas partes:

- Os interesses da população de S. Pedro da Torre/Chamosinhos que, desde o início, se manifestou contra a instalação do aterro; e,

- O parecer do Chefe de Divisão do Saneamento Básico, particularmente no que toca ao alerta sobre a tentativa de justificação por parte da CCDRN, da hipótese do período de vigência do aterro se prolongar para além do contrato parassocial;

4. Informar que esta situação foi já denunciada há muito tempo – em relatório entregue ao Conselho de Segurança – pelo representante da CDU na Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário ao constatar que, além da exagerada volumetria do Aterro, verificava-se um significativo deficit de resíduos orgânicos e uma excessiva carga de resíduos industriais;

5. Sublinhar que sendo concluído o estipulado no Acordo Parassocial, procedendo-se à requalificação ambiental, selando-se o aterro, concordam com a proposta da CCDRN no que respeita ao enquadramento de novos equipamentos, concretamente Edifício para Centro Veterinário, propondo-o vocacionado para a criação de um Canil Municipal ou Intermunicipal;

6. Pronunciar-se sobre as Unidades Móveis de Saúde considerando-as uma boa ideia se para complementar o existente. No entanto, só uma, parece-lhe pouco para o concelho; e,

7. Questionar sobre a manutenção do quadro das viaturas que vai ser composto pelo pessoal do Centro de Saúde e se tal não vai fragilizar a sua capacidade de atendimento.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para relembrar o que consta no Regimento em matéria de agendamento das sessões da Assembleia Municipal.

O **Deputado Sr. Augusto Natal** para:

1. Salientar que, quando foi apresentado o projecto da Unidade Móvel levantou, desde logo, dúvidas quanto à credibilidade do seu funcionamento;

2. Referir que os serviços prestados são muito reduzidos, tendo, na altura, contribuído com algumas sugestões, no sentido de que fosse complementado com outros aparelhos; e,

3. Inquirir sobre se algum Presidente de Junta já falou com o Sr. Presidente da Câmara neste sentido, pois tem conhecimento que a adesão tem sido reduzida em todas as freguesias.

O **Deputado Sr. Manuel Lopes** para:

1. Relembrar que na anterior sessão deste Órgão Municipal o Sr. Presidente da Câmara colocou a possibilidade da Junta de Freguesia de Ganfei poder vir a ser ouvida na obra dos pequenos ramais. No entanto tal não aconteceu, esperando que não se venham a verificar os mesmos “desastres” em termos de obras, em Ganfei; e,

2. Saber se já há mais dados concretos relativos ao traçado do TGV.

O **Deputado Dr. José Verissimo** para questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca das actividades extra-curriculares que a autarquia pretende desenvolver durante o ano lectivo - quando vão iniciar-se e se todas as escolas já tem professores para assegurar-las.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para dar nota que, em termos de mobilidade, os problemas continuam por resolver. Exemplificou com a falta de passadeiras transversais nas ruas envolventes ao Centro de Saúde e na Avenida que vai para a Ponte Centenária (que dá acesso ao Cemitério Municipal e Campo de Jogos).

O **Deputado Sr. Manuel Temporão** para:

1. Na constatação do caos que se verifica em frente às escolas (nomeadamente, falta de estacionamento, falta de sinalização de proximidade de escola e lombas - principalmente pelo acesso do Cemitério - e excesso de velocidade), questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre quais as medidas que vão ser tomadas para minimizar a situação;

2. Salientar que é urgente a abertura de um acesso junto à escola que está a ser remodelada; e

3. Inquirir sobre as medidas tomadas - numa reunião entre autarcas - relativamente à degradação do Rio Minho.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para, face à intervenção do Deputado Sr. Armando Carvalho sobre o aterro, dizer que desde o momento em que é o Presidente da Comissão de Acompanhamento se o que o Sr. Armando Carvalho disse aqui sobre esta matéria corresponde à verdade o seu camarada Sr. Alípio tem duas caras, porque tem o cuidado de fazer as reuniões no aterro e nunca o Sr. Alípio levantou as questões ora levantadas, tão dramáticas. Pelo contrário, tem tido palavras elogiosas relativamente ao funcionamento do aterro.

Das duas uma: ou ele mente nas suas reuniões - porque nas do Aterro nunca levantou essas questões - ou então não está a ser sério com a equipa que constitui a Comissão de Acompanhamento. As reuniões são feitas no local, visitam o aterro, vêem lá os problemas e a pessoa em questão diz maravilhas daquilo. Em contrapartida, o Sr. Armando Carvalho vem com outro tipo de discurso. Afinal quem fala verdade: é o Sr. Armando Carvalho ou o Sr. Alípio Nunes? Nas reuniões nunca o Sr. Alípio levantou qualquer problema sobre o seu funcionamento, pelo que sendo como diz o Sr. Armando Carvalho o Sr. Alípio não está a ser sério com eles.

O **Deputado Arqº Alberto Reis** para:

1. Felicitar a Autarquia pela dinamização cultural deste Verão, referindo, contudo, que o “Sai Prá Rua” deveria ser mais disperso e alargado por todo Verão;
2. Deixar um reparo no sentido que as “Feiras Medievais” já começam a ter algum desgaste;
3. Questionar, na qualidade de utente do Centro de Saúde, se este está ou não a funcionar, acrescentando que deveria haver mais informação à população acerca deste assunto;
4. Alertar que o trânsito começa a dissuadir as pessoas de virem a Valença e os semáforos são anacrónicos - não se justificam. Em contrapartida, semáforos para peões continuam a faltar, principalmente junto ao Banco BPI; e,
5. Chamar a atenção para a impossibilidade de estacionar junto às escolas, pelo que sugere um diálogo com as autoridades policiais no sentido de haver alguma tolerância nesta zona.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Informar que o P.D.M. entrará em discussão pública no dia 27 de Outubro, dia que será publicado aviso em Diário da República e irá ser submetido à aprovação da reunião de Câmara;
2. Dar conhecimento que em Valença haverá uma sessão pública aberta a toda a população, mas em especial aos Membros da Assembleia Municipal, no dia 31 de Outubro, às 21h.00, e, também, sessões em todas as freguesias; e,
3. Esclarecer, ainda, que todas as sugestões e reclamações terão que ser apreciadas em sede de reunião de Câmara e todas respondidas por escrito, pelo que o local único para entrega das mesmas será a Secretaria dos Serviços Técnicos de Obras, chegando, entretanto às Juntas de Freguesia as peças fundamentais do P.D.M. (Carta de Condicionantes, Carta de Ordenamento e Regulamento).

Face às intervenções anteriores o **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, esclareceu:

Deputado Sr. Armando Carvalho:

- P.D.M. – relativamente a uma acta que o Sr. Deputado refere haver um parecer do Engº Azevedo, destacar que, quando aquele deu tal informação, por detrás da mesma havia muito trabalho e muita gente queria que o referido aterro continuasse a funcionar. No entanto, o aterro tem o período que lhe é dado no Acordo Parassocial e é com isto que se tem que orientar. Apesar do processo estar em Tribunal não se pode ignorar que o aterro está ali e deve-se preocupar com o que lhe vai acontecer futuramente, pelo que a solução encontrada foi criar um Parque Ambiental; e,

- Unidade Móvel de Saúde – anuir que uma possa ser pouco, mas é necessário pensar onde se vai buscar dinheiro para arcar com as despesas que acarreta.

Deputado Sr. Augusto Natal:

- Unidade Móvel – agendada uma reunião com toda a gente envolvida neste processo para fazer uma avaliação e levantar algumas questões sobre o que esteja a correr mal. Continua a achar que a metodologia de trabalho é a correcta.

Deputado Sr. Manuel Lopes:

- Ramais Saneamento em Ganfei – vai ser completada a obra e as propostas que os Engenheiros têm feito vão no sentido de manter a confiança; e,

- Traçado do T.G.V. – na Planta de Ordenamento está claro o traçado do canal no concelho de Valença, embora, repita, não é o traçado final e o que está previsto para finais de Setembro é a entrega do projecto para avaliação do impacto ambiental.

Deputado Dr. Veríssimo:

- Actividades de Enriquecimento Extracurricular – há uma grande dificuldade no recrutamento dos professores, por não ser permitido passar recibos verdes. A solução encontrada é realizar contratos a tempo parcial - o que reduz enormemente o vencimento. Está-se a tentar arranjar solução através de abertura de concursos com empresas.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para interromper a explanação do Sr. Presidente da Câmara, informando que o seu tempo de intervenção havia-se esgotado, face ao plasmado no Regimento da Assembleia Municipal.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal – Anexo 1

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer não poder deixar passar em claro o que afirma a CCDRN sobre as infiltrações no aterro sanitário e, muito menos, a ligação e insinuação que o Sr. Deputado Salustiano Faria fez relativamente à personalidade do Sr. Alípio; e,

2. Manifestar a sua concordância com o parecer do Chefe de Divisão, mas que não se mete no processo entre a Câmara e a Junta de Freguesia, e afirmar que só concorda com a CCDRN na parte em que diz que há que fazer requalificação ambiental no local, salientando que a Câmara deve pugnar para que, temporalmente, não ultrapasse o estabelecido no Acordo Parassocial.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para:

1. Pronunciar-se relativamente à questão da mobilidade, referindo-se a várias dificuldades sentidas por um amigo invisual numa visita a Valença; e,

2. Afirmar que em termos de Unidade Móvel de Saúde, a continuar nestes moldes, deve acabar, pois a adesão é baixíssima. Sugere seja estipulado um dia fixo da semana para as visitas, podendo, desta forma e a seu modo de ver, ser revertida a situação.

O **Deputado Sr. Manuel Lopes** para:

1. Questionar para quando os semáforos no cruzamento do Merendola, há muito prometidos;

2. Idem, sobre os passeios desde a Ponte da Urgeira até às Escolas;

3. Ironizar sobre o estado do piso lajeado defronte ao Edifício da Câmara Municipal, assim como da relva em frente ao Bar dos Bombeiros; e,

4. Fazer uma retrospectiva da actividade do Executivo, dando conta dos aspectos que tem por negativos, afirmando que o Sr. Presidente da Câmara:

a) Esteve mal logo no início do mandato, quando escolheu a equipa de trabalho: poderia ser melhor;

b) Errou quando canalizou a quase totalidade dos grandes investimentos só para o Centro Urbano, menosprezando as freguesias;

c) Falando em freguesias, no que diz respeito Ganfei, errou quando entregou as duas fases de saneamento ao mesmo empreiteiro: o resultado foi um desastre, o empreiteiro não acabou a obra, o que fez, está mal feito e a Câmara Municipal teve que o “meter” em tribunal;

d) O que está feito está mal feito, porque os técnicos e a fiscalização da Câmara Municipal, não viram, não vêem ou não querem ver – é o que temos, e foi o que escolheu;

e) Errou quando se meteu apressadamente a fazer obras dentro da Fortaleza – porque, segundo o seu entender, se as obras não fossem feitas com urgência, as muralhas podiam ruir; não ruíram por falta de obras, mas caíram com as obras – também, aqui, boa fiscalização da Câmara Municipal;

f) Errou quando não pensou, nem executou um bom parque de estacionamento para o comércio intramuros e pelo contrário retirou muito estacionamento dentro das muralhas, perguntando se é protector dos arrumadores de automóveis e sugerindo que corra com eles, e com mais alguns parasitas estacionados no concelho;

g) Falhou quando não conseguiu efectuar qualquer evento em Valença que captasse a população, quer do concelho, quer dos concelhos vizinhos. Em contrário, os concelhos vizinhos vão fazendo mais e melhores eventos, canalizando para lá também a população de Valença (contrapondo com Melgaço, Monção, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Ponte de Lima); e,

h) Entreteve o povo com o P.D.M (já lá vão sete anos desde que começou a revisão do P.D.M.), questionando onde está essa revisão.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para:

1. Em primeiro lugar, referir que reprova a atitude do Sr. Presidente da Mesa em ter retirado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara antes deste ter concluído a sua intervenção;

2. Dizer ser necessário pensar no alargamento do perímetro urbano devidamente inserido e regulamentado por um P.D.M.;

3. Em relação às empresas que estão a proceder à colocação das fibras-ópticas e Águas do Minho-Lima, questionar se o Representante dos Presidentes de Junta convocou alguma reunião com os seus representados e as referidas empresas, no sentido de serem solicitadas contrapartidas. Não tendo conhecimento que tal tenha acontecido, conclui que este não é um bom representante dos Presidentes de Junta;

4. Congratular-se com as obras de requalificação na via transversal da Avenida da Ponte Centenária à Rua 25 de Abril; e,

5. Reiterar as palavras proferidas pelo Sr. Salustiano Faria relativas ao Aterro Sanitário, dizendo que nunca gostou de estar nos projectos em sistema figurado e, aquilo que o Sr. Presidente da Comissão do Aterro Sanitário disse nesta sessão é pura realidade. O Sr. Alípio Nunes nunca levantou qualquer problema nas reuniões que são feitas no dito Aterro.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para:

1. Fazer notar que o Sr. Presidente da Mesa nesta sessão está a ser rigoroso na questão dos tempos de intervenção, pelo que, a este ritmo, terminaria os dez pontos da agenda de trabalhos antes do almoço;

2. Dar conhecimento da recepção de carta de um cidadão que reclama e questiona sobre as taxas do Parque de Estacionamento da Coroada;

3. Sublinhar que sobre esta matéria o Sr. Presidente da Assembleia, em resposta à pessoa em questão, se reportou à sua intervenção numa reunião da Assembleia Municipal, onde sugeria um controle automático. Assim, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara para quando a instalação deste mecanismo;

4. Dizer que recebeu cópia de carta enviada ao Sr. Presidente da Câmara de um cidadão invisual que se vai estabelecer em Valença e que alerta para a dificuldade na recepção da correspondência, uma vez que não existe nenhuma placa identificativa da Rua Val Flores; e,

5. Informar que, por outro lado, este se queixa da forma como é tratado nos Serviços da Casa da Cultura, nunca havendo disponibilidade nem do Sr. Vereador nem do Sr. Presidente para o receberem, pelo que questiona o Sr. Presidente da Câmara sobre a resposta que foi dada ao munícipe em questão.

O Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira, para:

1. Fazer um pequeno aparte relativo ao comentário do Deputado Sr. João Amorim Dias, informando-o que na reunião havida com os Líderes dos Grupos Municipais, lhes solicitou colaboração no sentido de, tanto quanto possível, se abreviarem as intervenções, caso contrário, observar-se-ia a temporização regimentar. Houve, portanto, apelo da Mesa à contenção; e,

2. Recordar que o Sr. Presidente da Câmara também se acha sujeito às temporizações regimentais.

O Deputado Sr. Manuel Temporão para:

1. Sublinhar que a obra de construção do campo sintético ainda não está finalizada, pois faltam os portões, o acesso à escola e a iluminação;

2. Considerar que o campo sintético já está saturado, havendo necessidade de procurar espaço para construção de novo; e,

3. Questionar para quando obras no Pavilhão Gimnodesportivo.

O Deputado Arqº Alberto Reis para:

1. Manifestar a sua concordância com o Pontão para Embarcações em S. Pedro da Torre, mas relembrar que se impõe a resolução do da Srª da Cabeça, para não figurar unicamente como bibelô;

2. Questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o tipo de remodelações que pretende fazer no Cemitério Municipal; e,

3. Observar que no Campo de Futebol do Valenciano, primeiro foi colocada a relva, agora a iluminação, considerando haver um “excesso de mimo” no tratamento para com esta colectividade, pelo que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciasse sobre o assunto.

O Deputado Sr. Salustiano Faria para:

1. Dizer que com o discurso do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Ganfei - que não tem nada de independente - assistimos à abertura da campanha eleitoral; e,

2. Salientar que o mesmo, há um ano atrás, dizia que o Sr. Presidente da Câmara estava a fazer um trabalho fantástico e agora tudo passou a ser mau.

O Deputado Sr. Rui Marrucho para:

1. Em resposta ao Sr. João Amorim Dias, dizer-se perplexo com esta posição, acrescentando que, quando o entenderem, o lugar fica à disposição;

2. Considerar que, provavelmente, desconhece os procedimentos destas empresas, que entram pelas freguesias sem qualquer palavra prévia, e que a forma como ele actuou em S. Pedro da Torre foi a de embargar a obra;

3. Solicitar ao Deputado Sr. Armando Carvalho, que quando se pronunciasse sobre a população de S. Pedro, não fizesse a dicotomia “povo de S. Pedro” e “povo de Chamosinhos” - afinal são uma e mesma freguesia; e,

4. Ter por injustas as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ganfei ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra, para, face às anteriores intervenções:

1. Dar nota que na Rua do Centro de Saúde está prevista a sinalização horizontal;

2. Referir que não está esquecida a passadeira para quem desce da Fortaleza em direcção ao Campo do Valenciano;

3. Esclarecer que é “normal” ter voltado o caos à zona escolar, com o início das aulas, face ao problema de encaminhamento do trânsito;

4. Manifestar a sua convicção que com a abertura de nova Rua - já adjudicada - haverá melhoria substancial em termos de estacionamento e uma “drenagem” que vai diminuir a intensidade e aumentar a fluidez de trânsito nesta zona;

5. Sublinhar que, em princípio, até final do ano o Estaleiro da Câmara Municipal também será deslocado, o que irá permitir mais estacionamentos e melhor circulação viária;

6. Relembrar que existe, ainda, o problema do Cemitério Municipal, que está a chegar a um ponto de saturação e nos próximos anos terá que ser resolvido;

7. Confirmar que, efectivamente, se realizou uma reunião entre autarcas sobre o Rio Minho e está a ser elaborado um Plano, sendo que os objectivos vão para além da sua preservação como local de interesse ambiental para a biodiversidade, abrangendo-o, também, sob o ponto de vista turístico;

8. Dizer que acha e defende que o Rio Minho não seja local de grande intensidade turística, porque pode deixar de ser aquilo que é (ou seja, perder as características próprias, algumas quase “selvagens”, que com o turismo massificado poderão ser irremediavelmente afectadas);

9. Deixar claro que a confusão que existe em torno do Centro de Saúde é motivada pelo Ex-Ministro da Saúde e por algumas pessoas interessadas em gerar o caos – o seu encerramento, de momento, depende da Sra. Ministra da Tutela e do que tem conhecimento é que não será encerrado;

10. Argumentar que a questão dos semáforos tem subjacente pontos de vista diferentes mas há dias em que estes não funcionando, não há possibilidade de, devidamente, regular-se o trânsito;

11. Reconhecer que em termos de mobilidade há muita coisa a fazer mas já existem algumas melhorias, alguma lógica urbana;

12. Dizer ao Deputado Sr. Manuel Lopes que em termos de avaliação política já duvidava da métrica da balança. No entanto, tem-se feito o que é possível e está de consciência tranquila;

13. Esclarecer que a Câmara estava quase falida e actualmente assume os seus compromissos, respeitando-os;

14. Informar que, quando os empreiteiros não cumprem as suas obrigações, os processos seguem para tribunal e que, se do ponto de vista político tal poderá não ser positivo, essa é a metodologia e o trilho a continuar;

15. Deixar claro que quanto à avaliação da equipa que o acompanha não tem nada a apontar e que, desde há muitos anos e pela primeira vez, a equipa chega ao fim e com humildade vai-se fazendo o que se quer e o que se sabe; e,

16. Salientar que, naturalmente, não se está imune à crítica, mas isto também acontece com o Sr. Presidente da Junta, como é normal em democracia.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para dar nota que o tempo de intervenção do Sr. Presidente da Câmara, havia terminado.

O Deputado **Sr. Armando Carvalho** para:

1. Objectar não poder deixar passar em claro parecer-lhe inqualificável que os Srs. Presidentes de Junta do PSD denigram a eventual possibilidade das UMS - no caso de não servirem de pretexto para o encerramento do SAP - virem a ter sucesso, porque tudo depende da forma como for coordenado esse serviço;

2. Sublinhar ser um absurdo a retirada dos semáforos existentes em Valença e que não é descabido o facto do Sr. Deputado Manuel Lopes solicitar uns para a zona do “Merendola”;

3. Esclarecer que, quando se referiu “à população de Chamosinhos”, jamais foi sua intenção dividir a freguesia; e,

4. Dar sucinta nota sobre os processos que a TMN e o Centro de Inspeções interpuseram em Tribunal, pretendendo que os deixem continuar a praticar a sua actividade que tem por ilegal.

O Deputado **Sr. Manuel Lopes** para:

1. Questionar o Deputado Sr. Salustiano Faria sobre se é Advogado do Sr. Presidente da Câmara e solicitar-lhe para deixar, de uma vez por todas, de falar a reboque dos outros, pois considera o Sr. Presidente uma pessoa inteligente;

2. Manifestar, no que diz respeito à sua independência política, ser uma coisa que só a ele diz respeito; e,

3. Continuar retrospectiva da actividade do Executivo, dizendo:

a) O T.G.V./RAVE por onde passa? Quem vai ficar com a muralha de cimento (viaduto) na frente dos olhos? De quem são, e onde são, as casas que vão ser destruídas? Qual a largura da faixa impeditiva de construção nas freguesias de Ganfei, Gandra e Cerdal?;

b) Desiludiu-me, quando vendeu a participação que a Câmara detinha nas eólicas, por milhão e meio de euros, com meu voto contra, pois hipotecou um dos futuros rendimentos do nosso concelho, e cuja participação foi adquirida a custo zero;

c) Não foi uma mais-valia para o concelho, antes pelo contrário, foi uma menos-valia, ao não apresentar um rumo (tão apregoado na vossa campanha) para o futuro de Valença: Saúde, Educação, Desenvolvimento Urbanístico, 3ª Idade, Indústria, Turismo, ...;

d) E pela Agricultura, o que é que fez? ... zero. Esqueceu-se da parte rural do concelho, não se lembrando também que esta agricultura de minifúndio existente na nossa terra, é um complemento de reforma às pessoas mais idosas;

e) Também durante estes sete anos se esqueceu das pessoas mais idosas, e com menos recursos económicos, pessoas essas que gastam quase a totalidade da pensão mensal no médico e na farmácia.

Tentou-os calar com um passeio anual de autocarro, totalmente desenquadrado para esta faixa etária, pelos locais escolhidos: mal escolhidos;

f) Esteve mal, aquando da inauguração da Expominho em 2007, não esteve presente - pela vossa boca, um dos eventos mais importantes do concelho. É tão importante que nem o Presidente da Câmara Municipal esteve presente;

g) O Sr. Presidente, não esteve presente no dia mais importante do concelho – Feriado Municipal – 18 de Fevereiro, dia de S. Teotónio;

h) Esteve ausente nas comemorações do aniversário dos Bombeiros Voluntários de Valença – 21.09.2008, onde esteve presente, entre outras individualidades, o Sr. Governador Civil de Viana do Castelo;

i) Para o próximo ano, “vai a todas”. Vai-se mostrar em todos os lugares e eventos (até vai cumprimentar as pessoas com as duas mãos) – é ano de eleições; e,

j) Muitos e muitos mais memorandos poderia eu aqui recordar-lhe. Mas como o tempo é pouco, permita-me só mais um lembrete: quando passar na rua, pelo menos cumprimente as pessoas e passe de cabeça levantada, não se esconda - faz parte da boa educação, e nunca se esqueça que é uma figura pública.

O Deputado **Sr. João Amorim Dias** para:

1. Congratular-se com o esclarecimento prestado pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente à sua primeira intervenção; e,

2. Dirigindo-se ao Deputado Sr. Rui Marrucho, dizer que todos os que estão na política activa devem saber ouvir educadamente.

A Deputada **Dra. Inês Ferreira** para:

1. Insistir que nenhuma das questões por si colocadas foi respondida;

2. Apurar se na sequência da carta remetida pelo cidadão invisual – em que solicitava reunião com o Sr. Presidente da Câmara - a mesma foi concedida; e,

3. Acrescentar que os semáforos do Edifício Bruxelas (que dão acesso à Zona Escolar) não resolvem o problema, uma vez que quem pretende virar para as escolas tem que aguardar que os automobilistas que aí circulam gentilmente lhes cedam a passagem.

O Deputado **Sr. Salustiano Faria** para dizer ao Deputado Sr. Manuel Lopes que não é Advogado do Sr. Presidente da Câmara, mas não lhe parece muito consensual que umas vezes refira que este é um bom Presidente e de seguida mude de discurso.

O Deputado **Sr. Rui Marrucho** para:

1. Solicitar ao Deputado Sr. João Amorim Dias que concretize em que parte da sua intervenção foi mal educado, pois de tal não deu conta, e caso este se considere ofendido, apresenta-lhe desculpas;

2. Corroborar com o que foi dito sobre as Unidades Móveis, já que têm pouca adesão, não tendo sentido nenhum a forma como se está a desenvolver este trabalho, considerando que é melhor repensar a situação; e,

3. Dizer ao Deputado Sr. Manuel Lopes que também não é Advogado do Sr. Presidente da Câmara, mas se se reportar a anos anteriores fica completamente arrasado e não faz sentido entrar nesse tipo de discurso.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Relativamente à situação do cidadão invisual, informar que está a ser acompanhada pela Acção Social e Segurança Social e, se a Deputada Dra. Inês Ferreira pretender mais informações, visto tratar-se de um caso concreto, parece-lhe mais oportuno falar noutra local;

2. Informar que o estacionamento da Coroadá está exclusivamente pendente da obra do Centro de Interpretação das Fortalezas, que é onde vai funcionar todo o mecanismo de controle;

3. Referir que o campo sintético ainda está por acabar e depois deste pago, logo se verá;

4. Esclarecer que a iluminação do campo de jogos tem a ver com o facto deste estar mais direccionado para os miúdos e daí que brevemente fiquem colocados os portões;

5. Dizer não se alargar mais sobre os comentários do Deputado Sr. Manuel Lopes porque, de repente, pareceu-lhe ouvir um Vereador, não estando a assistir a uma reunião da Assembleia mas sim da Câmara Municipal. Considera que este está a fazer o seu percurso, felicitando-o por tal, até porque é legítimo e normal em política;

6. Chamar à atenção sobre uma coisa que não lhe vai admitir – está aqui disposto a falar de política - e, em matéria de educação, não reconhece ao Deputado Sr. Manuel Lopes qualidade para lhe dizer se deve ou não cumprimentar ou cumprimenta mais as pessoas;

7. Solicitar que sobre esta matéria meça o que diz e espera que não volte a fazer esse tipo de referências. Tal tem a ver com a personalidade de cada pessoa e se ele não vai à forma de ser deste, também não permite o inverso; e,

8. Deixar claro que não é “faroleiro” e não anda a “bater” nas costas de toda a gente “quando faz falta”, dando nota que não muda e que, para o próximo ano, não o cumprimentará com as duas mãos mas sim com uma, como ainda havia feito pela manhã.

Pelas 11h20, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, com a aquiescência da Assembleia, determinou uma pausa nos trabalhos.

Retomados às 11h.45, passou-se ao:

2º Ponto

1ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2008 - Anexo nº 2

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Relembrar que já na aprovação da Conta de Gerência anterior insistiu que as contas estariam inflacionadas com a venda das eólicas e, a não ser assim, o saldo seria nulo ou até mesmo negativo;

2. Referir que com esta 1ª Revisão vão ser mobilizados quatrocentos mil euros do saldo da conta anterior, o que irá dar mesmo origem a movimentos negativos;

3. Salientar que esta transferência é para fazer face às contratações de pessoal, a termo resolutivo, para as actividades extracurriculares e o facto da legislação não permitir que agora se passem recibos verdes é para que tudo passe a ser feito através de empresas privadas;

4. Acentuar que é necessária uma revisão ao Orçamento para os encargos com a animação cultural em Valença, questionando onde está a Comissão de Festas e onde podem ser consultadas as contas dos anos anteriores; e,

5. Afirmar que continua sem saber como pode participar na Comissão de Festas do Concelho de Valença.

O **Deputado Sr. Augusto Natal** para esclarecer que se alertou acerca da pouca adesão das pessoas à Unidade Móvel nas freguesias foi após diálogo com uma enfermeira que se manifestou sobre a situação, sugerindo que talvez desse mais resultado se fosse contemplado um médico trimestralmente, para receituário.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Realçar a iniciativa “Sai Prá Rua”, mas ao mesmo tempo questionar se o custo o justifica, ou melhor, se teve os resultados esperados em termos de adesão da população valenciana;

2. Chamar a atenção que Valença continua a não ter uma marca de referência, o que não acontece nos outros concelhos; e,

3. Dizer que aquando da aprovação do Orçamento referiu que gostaria que houvesse mais disponibilidade financeira para as freguesias e na altura foi dito que chegava, concluindo que, pelos vistos, não foi assim e fica satisfeito por, agora, haver essa disponibilidade.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para:

1. Concordar com o Deputado Sr. Armando Carvalho referindo que, efectivamente, se tem que fazer certa “ginástica” com a legislação imposta pelo novo Código do Trabalho; e,

2. Corroborar com o Deputado Sr. Vilas no que concerne à falta de uma referencia cultural para o concelho de Valença, acrescentando que esta tem que ser encontrada entre políticos e população.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Deixar claro que não é defensor dos recibos verdes - gostaria é que quem faz as leis tivesse a noção do que está a fazer e perceber que quando se toma uma decisão se tem que avaliar as consequências;

2. Referir que, cumprindo a lei, os professores ou não concorrem ou chegam ao primeiro dia de aulas e, feitas as contas, desistem porque o vencimento não justifica;

3. Sublinhar que pode ser que a transferência de competências para as autarquias crie condições para que este problema seja gerido localmente;

4. Esclarecer que a selecção de um evento que fique como referência tem sido um assunto amplamente discutido mas, primeiro, tem que se fazer um forte investimento;

5. Destacar que o evento em que se deve apostar fortemente é o “Sai Prá Rua” e está convencido que se poderá vir a transformar num concurso internacional com projecção de Valença para o exterior;

6. Dizer que a adesão da população valenciana aos eventos, ainda que de grande qualidade, é extremamente reduzida, mas não sabe como solucionar tal problema; e,

7. Dar nota que o reforço das verbas para as freguesias deriva de verbas que deveriam ter sido utilizadas no ano anterior, mas, por opção dos Srs. Presidentes de Junta, passou para 2008.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que o Sr. Presidente da Câmara tem razão relativamente às possibilidades do “Sai Prá Rua”, mas terá que ser dimensionado para o público interno, uma vez que o externo vem por arrastamento;

2. Objectar que os duzentos mil euros disponíveis para as freguesias se trata de verba que as juntas decidiram não utilizar em 2007 e não vê isso definido claramente em lado nenhum, indagando se não terá sido por pressão das freguesias que agora se atribuiu tal verba; e,

3. Questionar, novamente, onde, como e quando se pode ter acesso às contas da última Comissão de Festas do Concelho.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Relativamente às Actividades Extracurriculares perguntar se não seria possível contratar estes professores através da Associação de Pais, à qual a Câmara atribuiria um subsídio, solucionando assim a questão dos recibos verdes; e,

2. Indagar se estes duzentos mil euros para as freguesias foi dinheiro que ficou efectivamente de lado do ano anterior, ou não haverá mais qualquer coisa para este ano.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para:

1. Salientar que não há obrigação de apresentar contas da Comissão de Festas do concelho em reunião de Câmara ou Assembleia. No entanto, afirma que se fosse ele o responsável publicá-las-ia em jornal; e,

2. Argumentar que quando se realizam eventos em Valença, concretamente na Fortaleza, e as pessoas são confrontadas com um pagamento de cinco euros arranjam mil desculpas para não pagar ou exibem o seu cartão de político. Todavia, não se importam de pagar o dobro pela mesma iniciativa num concelho vizinho...

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** solicitou e usou novamente a palavra para, em defesa da honra, dizer ter exibido o cartão de Membro da Assembleia só para testar se com este podia ou não aceder à Fortaleza, cujo acesso, ilegalmente, estava a ser proibido, mas que não entrou.

Por sua vez, o **Deputado Sr. Salustiano Faria** para referir que quando falou na questão da apresentação do cartão político não pronunciou o nome do Sr. Armando Carvalho, pois não sabia que este o havia exibido.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para face às anteriores intervenções, acrescentar:

1. Que os duzentos mil euros destinados às freguesias, sendo solicitado, transitam para o ano seguinte e envolvem os protocolos para obras e limpezas; e,

2. Não ter referido que os “valencianos não sabiam escolher”. Aconteceu que um pequeno grupo de pessoas de Valença, no dia do concerto, estavam num concelho vizinho numa actividade de menor qualidade a denegrir a imagem de Valença.

Num universo de 31 votantes, verificaram-se: 1 voto contra (do Deputado Sr. Armando Carvalho - com Declaração de Voto Vencido), 0 abstenções e 30 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

Declaração de Voto Vencido

“A CDU – Coligação Democrática Unitária PCP/PEV, embora concorde com a liquidação da verba de 200.000 Euros devida às Juntas de Freguesia de Valença, previstas nos protocolos que, em conformidade com os documentos previsionais para o ano de 2007 haviam celebrado com o Município, vota contra a 1ª Revisão aos documentos previsionais de 2008 por motivo de não concordar que sejam retirados 400.000 euros ao saldo da gerência anterior a fim de reforçar as dotações inicialmente previstas com a animação de Verão, e com os encargos resultantes da contratação de pessoal a termo resolutivo para as actividades extra-curriculares”.

3º Ponto

Lançamento de Derrama para Financiamento de Investimentos - Anexo nº 3

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Argumentar não entender o lançamento da derrama de 1,5% para diversos financiamentos, nomeadamente, saneamento de Gandra, Verdoejo, Friestas e Cerdal, uma vez que na relação da situação actual das empreitadas na freguesia de Gandra, o saneamento já se encontra concluído;

2. Acrescentar suscitar-lhe dúvida o facto da Câmara necessitar recorrer à derrama para pagar compromissos na parte que lhe é reservada em investimentos participados, julgando que havia sido para esta finalidade a venda das eólicas, para auto-financiar investimentos da Câmara;

3. Questionar, uma vez que incide também sobre o saneamento, se as empresas multimunicipais não estão dotadas para esse fim;

4. Considerar que 1,5% é um valor exagerado, estendido cegamente sobre as pessoas e que onde mais se vai reflectir é nos pequenos comerciantes e pequenas empresas, não nos bancos, seguradoras, etc.; e,

5. Dizer que vota contra a derrama, apesar de concordar com a mesma para financiamento. Argumenta que, quando se lança a derrama, é necessário ver ao certo qual o investimento que ela vai pagar e qual é o encaixe previsto com o seu lançamento.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Corroborar que sem dinheiro não é possível realizar obras, mas, considerando a fase difícil que as empresas estão a passar, inquirir do porquê da aplicação da taxa máxima;
2. Questionar se foi feito algum estudo com a aplicação de outras taxas;
3. Sugerir se não seria mais justo consolidar as empresas com a aplicação de outra taxa ou até mesmo a isenção; e,
4. Pretender saber, afinal, o que tem representado este imposto para o município e qual a sua evolução nos últimos anos.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para afirmar que ninguém gosta de pagar impostos. Todavia este, em concreto, já está instituído na Câmara há, pelo menos, vinte anos e se a Câmara o aplica é porque necessita do mesmo para investimentos.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Retorquir a intervenção do Deputado Sr. Armando Carvalho quando disse que o saneamento em Gandra está terminado. Não corresponde à realidade, estando presentemente adjudicada uma obra para Picões e ainda muito longe de concluído o saneamento nesta freguesia;
2. Acrescentar que as eólicas para financiamento não são suficientes pois existem obras em concurso, só para centros escolares no valor de três milhões e meio de euros e saneamento um milhão e meio, em adjudicação ou adjudicados, e a União Europeia só financia a 70%;
3. Esclarecer que quando o Deputado Sr. Armando Carvalho defende a não aplicação deste imposto desconhece, certamente, que uma parte do mesmo ainda vai para Lisboa;
4. Destacar que já se desceu o I.M.I., não se aumentou a água nem o saneamento e ainda se aguentou a perda de receita da água – o que só é possível porque a Câmara é bem gerida – e que continuam-se a respeitar os compromissos;
5. Contrapor que a derrama é paga pelas empresas e a água todos pagam e que não sabe fazer obra sem dinheiro...;
6. Constatar que o Sr. Deputado falou no sistema multimunicipal: para serem eles a fazer a obra tem que se lhes entregar a baixa, o que foi unanimemente rejeitado pela Câmara; e,
7. Acrescentar que sempre trouxe a derrama pelo mesmo valor.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Pedir ao Sr. Presidente da Câmara que faça o favor de reconhecer que este disse não ter nada contra a derrama, mas sim ser necessário saber se na situação concreta é justa; e,
2. Considerar curioso o Sr. Presidente da Câmara dizer que o sistema multimunicipal vai buscar 70% aos Fundos Comunitários, mas que os placards fazem referência a 85%.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para solicitar esclarecimento sobre o valor da obra executada e a evolução que tem tido ao longo do tempo.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra**, para mencionar que não tem em mente nem os valores nem a evolução nos últimos tempos, mas que, depois, poderá precisar.

Quanto à intervenção do Deputado Sr. Armando Carvalho, que refere que os placards fazem referência a comparticipação de 85%, esclarece que as Águas do Minho e Lima, além de poderem concorrer ao FEDER, podem-no também fazer ao Fundo de Coesão e é este Fundo que pode participar em 85% e o restante em 70% tal como havia dito.

Colocada, então, à votação o Lançamento de Derrama, num universo de 30 votantes, registaram-se 0 votos contra, 1 abstenção (Sr. Armando Carvalho) e 29 votos a favor. **Aprovada por Maioria.**

4º Ponto

Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - Anexo nº 4

Usou da palavra o **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Relembrar que votaram favoravelmente a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, principalmente, desde que se optou pelas taxas mínimas e intermédias nos diferentes casos; e,
2. Afiramar que a Câmara Municipal deve aproveitar este mecanismo para pressionar a Requalificação Urbana dos prédios devolutos na Fortaleza e promover a habitação para a juventude, através de vários programas institucionais que existem para o efeito, de forma a fixá-la no concelho.

Num universo de 30 votantes, verificaram-se: 0 votos contra, 0 abstenções e 30 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

5º Ponto

Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima – Anexo nº 5

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que, ao fim de todo este tempo, se está em condições para acordar e discutir os estatutos. No entanto, parece-lhe que matérias desta ordem deviam ter discussão fora da Assembleia Municipal;

2. Opinar que, como base de trabalho, parece ser um estatuto equilibrado. Todavia, no ponto 35º, julga existir um contra-senso; e,

3. Questionar se o Sr. Presidente da Câmara concorda ou acha que deveria de ser introduzido um mecanismo de alívio dos interesses colectivos da CIM, quando perturbados pela incapacidade de um município em não poder acompanhar um empréstimo.

A Deputada Dra. Inês Ferreira para:

1. Afirmar que todos eram apologistas da constituição desta Comunidade e que todos os Municípios deviam falar a mesma voz, nomeadamente junto dos fundos estruturais;

2. Constatar que no artº 1, ponto 2, verificou que Viana do Castelo não faz parte da Comunidade;

3. Indagar o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao facto de Viana do Castelo não integrar a Comunidade e a Sede da mesma ser, precisamente, em Viana do Castelo, perguntando se haverá qualquer outro motivo para isto acontecer.

O Deputado Arqº Alberto Reis para:

1. Congratular-se pela constituição desta nova Comunidade Intermunicipal, manifestando pena por Viana do Castelo não ter aderido, estranhando, no entanto, o facto da sede apontar para a referida cidade;

2. Reportando-se ao artº 5, dizer que em reunião da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho se falou na possibilidade dos concelhos manterem a relação existente com os do outro lado do Minho, não sabendo se este artigo vem inviabilizar esta relação; e,

3. Remetendo para o artº 19, ponto 2, no que concerne às competências do Conselho Executivo, destacar parecer-lhe haver uma pequena contradição entre as alíneas e) e f).

O Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra, para:

1. Em referência ao artº 35, ponto 3, dizer que concorda com a redacção dentro do actual contexto da Lei das Finanças Locais, mas que não concorda com essa Lei, nomeadamente, ao nível do endividamento;

2. Acrescentar que concorda que a sede fique em Viana do Castelo, pois é a Capital do Distrito, e que o facto de Viana presentemente não integrar a Comunidade não significa que não venha a integrá-la, tanto que, segundo informação que dispõe, é o único concelho do país que está a colocar entraves à entrada numa estrutura destas;

3. Opinar ser uma questão de tempo até Viana aderir e tem que, com esta nova Lei, as novas estruturas estabilizam os movimentos associativos dos municípios, o que significa que a tal legislação reúne todas as condições para vigorar, concedendo-lhes mais competências, nomeadamente, a nível do ordenamento do território;

4. Realçar que outro facto relevante, ora do ponto de vista político, é que as duas delegações vão funcionar em Ponte de Lima e Valença;

5. Afirmar, no que respeita à questão levantada pelo Arqº Alberto Reis, que esta Comunidade Intermunicipal é uma estrutura supramunicipal de fins gerais, mas que a lei deixa a possibilidade que se mantenha a opção política de se criarem associações de fins específicos, como, por exemplo, de cooperação transfronteiriça; e,

6. Quanto ao artº 19, fazer uma interpretação ligeiramente diferente: compete ao Órgão executivo propor ao Órgão Deliberativo um plano interno municipal que envolva o território. A alínea f) vem dizer “integrar as comissões de acompanhamento na elaboração e revisão dos Planos Directores Municipais”: portanto, planos de ordem inferior do ponto de vista da escala. Concorda porque, se o órgão executivo elabora um plano de ordenamento do território de escala sub-regional, aos municípios que fazem parte desse sub-espço não fica mal que essa estrutura acompanhe a revisão dos respectivos planos.

O Deputado Sr. Armando Carvalho para dizer que, afinal, o Sr. Presidente da Câmara se esqueceu da parte principal que reconfigura os planos de regionalização. Em relação ao artº 5 concorda com o que aquele diz e é uma óptima oportunidade para projectos específicos como, por exemplo, rede de transportes e impedir a privatização da água, criando um sistema intermunicipal só para a distribuição.

O Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra, para afirmar não saber se isto vai conduzir à regionalização. Pensa, porém, que Portugal tem de promover a regionalização. Doutra modo o estar sempre dependentes de um grupo de pessoas que está em Lisboa, se bem que eleito democraticamente.

Submetida à votação e num universo de 30 votantes, verificaram-se os seguintes resultados: 0 votos contra, 0 abstenções e 30 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

Pelas 13h.30, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, determinou a interrupção dos trabalhos, para almoço.

Retomados, como agendados, às 15h.30, passou-se ao:

6º Ponto

**Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação Contrato de Execução
- Anexo nº 6**

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Referir que este é um ponto que se pode considerar como “areia movediça”, quer para a manutenção do ensino público, quer no que toca à responsabilização financeira das autarquias quanto a esta incumbência, que, pelas responsabilidades assumidas, terá um encaixe de cento e trinta milhões de euros;

2. Alertar sobre o risco desta verba não ser acompanhada pela inflação e, outras vezes, o cabimento orçamental não o permitir;

3. Considerar poder ser um precedente para o assumir dos compromissos com o pessoal docente, assim como no sentido de virem a estabelecer reclamações e bloqueamentos que podem ser fatais para o ensino público; e,

4. Questionar sobre alguns pontos constantes no protocolo, nomeadamente o ponto c) respeitante, à “Gestão do Parque Escolar” que, segundo entende, no 2º e 3º ciclo de ensino básico engloba apenas a manutenção física das instalações, donde, mais à frente aparece um mapa de pessoal não docente a transferir que vai buscar pessoal do 2º e 3º. Como explicar esta situação?

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Considerar a transferência de competências para os municípios como algo positivo, lamentando, no entanto, que a transferência legislativa não tenha sido acompanhada da respectiva dotação financeira;

2. Sublinhar parecer-lhe estar a assistir a uma política de municipalização do ensino, deixando alguns alertas:

- Para a situação do vazio legal que actualmente se vive, uma vez que as autarquias só tinham previsão orçamental para o 1º ciclo;

- Observar que a transferência de sessenta e sete funcionários para a autarquia vai ser paga, até ao ano 2009, pelo Ministério da Educação e questionar se a partir de 2010 será suportada pela autarquia;

- Se bem que acreditando que, com este protocolo, vamos ter uma gestão mais eficaz do parque escolar, para quando, ou se, vai ser apresentada alguma candidatura com vista à reabilitação da escola sede; e,

- Se o Quadro de Pessoal da Câmara tem que ser alterado.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para dizer que julga uma boa decisão esta medida, manifestando, no entanto, alguma preocupação em termos de dotação financeira.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Afirmar que, sobre esta matéria, a considera uma boa decisão;

2. Esclarecer ser algo que, aos poucos, se vai transferir de forma horizontal para todos os municípios, a exemplo da Europa. Exemplifica com uma situação ocorrida na escola, que tinha o tecto a cair, e só porque cometido à DREN, nunca mais era reparada, tendo-o sido, apenas, por pressão pessoal;

3. Informar que existe a possibilidade de elaborar uma candidatura para redimensionar a EB2/3 e Secundário;

4. Insistir que não tem dúvidas que ganha funcionalidade o facto de, havendo só um Agrupamento no concelho, o pessoal não docente ser gerido nesse todo;

5. Relativamente à questão de se considerar algum desfazamento, tem a ver com o facto de, inicialmente, a transferência de competências ser feita até ao 9º ano. Sucede que, como o secundário foi alvo duma “fusão”, fazendo parte do mesmo Agrupamento, não fazia sentido ficar fora;

6. Referir que quanto à questão da verba para manutenção entende que não se trata de nenhuma fortuna, mas se as obras forem bem feitas, os vinte mil euros são suficientes para as pequenas intervenções, podendo algumas delas serem efectuadas pelo pessoal da própria Câmara, o que não significa que, ao longo do tempo, não possa ser necessária mais dotação; e,

7. Deixar claro que a Lei assegura a transição destes dois anos e, em matéria disciplinar, passarão para a tutela do município. No entanto, considera importante que grande parte da articulação seja feita pelo Executivo do Agrupamento.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Acrescentar que nesta situação há, por um lado, o perigo do Estado se demitir das suas funções constitucionais de condução da política do Ensino Público e, por outro, arranjar uma forma de emagrecer as suas estatísticas do peso com o pessoal, passando-o para as autarquias; e,

2. Referir que continua sem perceber porque não consta do objecto de contrato a menção da “gestão do pessoal não docente das escolas básicas, pré-escolar e 2 e 3 ciclo”.

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Esclarecer que, relativamente às obras nas salas onde os tectos estavam na eminência de derrocada, tem que o que está por concluir é a pintura, acrescentando, que se as obras não foram feitas mais cedo, não foi por falta de diligências da escola; e,

2. Insistir em apurar se o Quadro de Pessoal da Câmara, com esta nova situação, tem que ser alterado.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra**, para esclarecer:

1. Que o Quadro de Pessoal, à semelhança de todos os das outras Câmaras, vai ser alterado, mas não tem a ver com esta transferência de competências, mas sim com a nova Lei das Carreiras, Vínculos e Remunerações, acrescentando que, neste momento, não há nenhum vazio legal, sendo uma competência que passa ao abrigo duma Lei superior e, deste ponto de vista, está salvaguardada a questão legal; e,

2. Que o que está em causa é a passagem do pessoal não docente do pré-escolar, 1, 2 e 3º ciclos e secundário para a competência da autarquia.

Num universo de 27 votantes, verificaram-se: 0 votos contra, 1 abstenção (Sr. Armando Carvalho) e 26 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

7º Ponto

Regulamento Municipal para Recuperação de Habitações Degradadas de Estratos Sociais Desfavorecidos - Anexo nº 7

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que este Regulamento, tendo em vista destinar-se à recuperação de habitações degradadas de estratos sociais mais desfavorecidos, merece a sua simpatia;

2. Acrescentar que a leitura do Regulamento lhe suscita algumas dúvidas e também sugestões.

Assim, considera que:

- Da dotação financeira seja reservada uma quota destinada à Rede Social, para que, autonomamente, se possa apresentar propostas de recuperação de casas de pessoas que nem capacidade tem para se propor a tal, exemplificando com uma família da freguesia de Ganfei, do lugar da Caxaria;

- A proposta é boa, mas a dotação financeira é francamente baixa; e,

- O Projecto de Regulamento, propriamente dito, suscita-lhe uma dúvida no ponto 3, do artº 5, achando estranho que não se tenha que fazer prova de desemprego, pois pode existir um elemento do agregado familiar que não se encontre em nenhuma das situações aí contempladas, o que pode alterar a ilegibilidade da família para as obras a realizar.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para:

1. Dizer que este tipo de regulamentos são bons, mas relembra que num projecto anterior - Renovar Valença - se verificou muita injustiça e para evitar que tal se repita é necessário muito trabalho no terreno, assim como a articulação da Câmara com as Juntas de Freguesia; e,

2. Solicitar esclarecimento quanto ao artº 4, alínea e), pretendendo saber se os beneficiários do Projecto de Renovar Valença, com menos de cinco anos, irão ser abrangidos por este.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para dizer que comunga das preocupações do Deputado Sr. João Amorim Dias, reconhecendo que nem sempre o Projecto Renovar Valença, apesar das boas intenções, foi justo, pelo que considera que deve haver maior rigor na análise dos agregados que se propõem a tal apoio.

O **Deputado Sr. Rui Marrucho** para:

1. Subscrever as anteriores intervenções sobre a injustiça social em torno de alguns projectos;

2. Sugerir ao Sr. Presidente da Câmara uma fiscalização mais acentuada, quer dos Serviços quer do próprio Presidente;

3. Alertar que, nesta área, se tem cometido autênticas aberrações, manifestando o seu receio em que tal se possa voltar a repetir; e,

4. Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que escute os Presidentes de Junta de Freguesia nesta matéria.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Dizer que é natural que se tenha feito a associação ao “Projecto Renovar Valença” em que, apesar de todos os erros cometidos, o resultado foi positivo;

2. Considerar que temos o dever que, desta vez, não aconteça nenhum erro, destacando dois campos:

- A avaliação da necessidade do agregado familiar, que será instruído pelos Serviços Sociais da Câmara, com base em princípios legais; e,

- Outro, distinto do “Renovar Valença”, enquanto instrumento para intervir em casos dramáticos onde antes tal não se podia fazer, de nenhuma forma;

3. Aduzir que, efectivamente, cem mil euros é pouco, mas o possível;

4. Salientar que o espírito deste projecto não é o da reconstrução de casas – cabendo essa responsabilidade à Segurança Social – mas passar a ter um instrumento que nos põe à altura das nossas responsabilidades como município; e,

5. Sublinhar que, quanto à forma de cálculo do rendimento do agregado, em matéria de Regulamentos na Assembleia é discutido o documento sob o ponto de vista político e, por isso, é que previamente esteve em discussão pública.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para dizer que, postas as coisas da forma como foram colocadas, terá que votar contra, em função da forma como está previsto o cálculo do agregado familiar.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para, na consideração de todos sabermos que, nas freguesias, existem pessoas que com dificuldade económica e à margem da lei, construíram as suas casas que nem telhado tem, questionar se há alguma cláusula, neste Regulamento, que as ajude a legalizarem as suas barracas para, à posteriori, puderem usufruir deste projecto.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para, em resposta ao Deputado Sr. Armando Carvalho, dizer haver boa fé por parte de todos os intervenientes, não existindo, por conseguinte, necessidade de ficar tudo escrito de forma religiosa.

O **Deputado Sr. Rui Marrucho** para:

1. Pedir o contributo do Sr. Presidente da Câmara para que as associações existentes na sua Freguesia prestem contas; e,

2. Solicitar uma fiscalização a essas entidades, nomeadamente aos Conselhos Directivos dos Baldios - que movimentam milhares de euros -, já que quando há necessidade de intervenção, tudo recorre à Junta de Freguesia.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra** para:

1. Dizer ao Deputado Sr. Armando Carvalho que não disse que não se concorda com a sugestão por ele apresentada. Não concorda é que o Regulamento tenha estado 30 dias em discussão pública e não se tenha pronunciado sobre o mesmo;

2. Informar que a sugestão vai ser analisada por quem de direito e poderá vir a ser acatada, ou não; e,

3. Sublinhar que as faladas legalizações fogem directamente do âmbito deste Regulamento. Podem, isso sim, ser analisadas num âmbito diferente que é o da Acção Social e Urbanismo e, desde que se trate de uma pessoa efectivamente carenciada e desde que a construção venha a ser legalizada, terá enquadramento para entrar neste projecto.

Submetido à votação e num universo de 27 votantes, verificaram-se os seguintes resultados: 0 votos contra, 0 abstenções e 27 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

Pelas 16h.30, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, determinou uma pequena pausa nos trabalhos, que foram retomados às 16h.45, passando-se ao

8º Ponto

Regulamento para a Concessão do Cartão do Idoso - Anexo nº 8

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Chamar a atenção do Deputado Sr. Rui Marrucho que quando se pronunciou sobre a questão dos baldios se meteu em assuntos que nada tinham a ver com a agenda e tanto quanto julga saber, os baldios tem que compartilhar com 40 % dos seus lucros para apoio às Juntas;

2. Pronunciar-se relativamente ao Cartão do Idoso, que considera uma medida simpática mas parece-lhe um pouco “Maria vai com as outras”, pois todos os concelhos já o tem; e,

3. Afirmar que o que sobressai aqui de vantagem para os idosos é o desconto de 50% no consumo da água, questionando se irá ser despoletado o mecanismo de reequilíbrio financeiro das Águas do Minho e Lima e se não estará nada mais por detrás desta medida.

A **Deputada D. Elizabeth Viana** para congratular-se com a iniciativa e deixar um alerta sobre as pessoas que tem pouca mobilidade, já que, em conformidade com o nº 1 do artº 4, têm que se deslocar aos Serviços da Acção Social para tratarem do referido cartão.

A **Deputada D. Isabel Andrés** para:

1. Publicamente agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a prontidão com que foi solucionado um problema grave, na área da Acção Social, na freguesia de Cerdal, alertando para que esse caso deve ter o acompanhamento dos Técnicos do Serviço Social; e,

2. Congratular-se, também, com a iniciativa do Cartão do Idoso, apesar desse ser o primeiro ponto do programa eleitoral do PSD.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para aferir-se da possibilidade da renovação por outrem, na consideração da impossibilidade de deslocação por parte do beneficiário.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Em resposta ao Deputado Sr. Armando Carvalho, dizer que a Câmara de Valença foi a primeira a dizer se aderiu ou não à baixa - e não aderiu -, pelo que a factura que vai para o utente é com os preços fixados pela Câmara; e,

2. Esclarecer os Deputados Sr. Salustiano Faria e D. Elizabete Viana que:

- Decidiram fazer a proposta desta maneira porque têm que ter a noção do número de beneficiários e por forma a prever-se as despesas para o ano seguinte; e,
- Que a questão da mobilidade não será impedimento para obtenção dos cartões, pois caso haja necessidade haverá a deslocação de um Técnico de Acção Social para ajudar no preenchimento dos requerimentos.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Retorquir ao Sr. Presidente da Câmara que este não julgará que ele confunde um sistema de alta com baixa, afirmando que na altura em que estamos mais fragilizados no negócio da água, se o sistema se direccionar na alta, não temos outra solução senão actualizar as tarifas; e,

2. Referir que faz suas as questões levantadas pelos oradores anteriores relativamente ao Cartão do Idoso, sugerindo – uma vez que o cartão só é concedido a partir dos 65 anos – que este seja vitalício.

Num universo de 25 votantes, verificaram-se: 0 votos contra, 0 abstenções e 25 votos a favor.

Aprovado por Unanimidade.

9º Ponto

Artº 48 da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) Auditor Externo - Anexo nº 9

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para considerar que este ponto se resume a um aumento de vencimento de 700%, sendo que os encargos com os auditores passam de seis mil setecentos e cinquenta euros ano para nove mil quinhentos e quarenta, pelo que vota contra este aumento que tem por insultuoso.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Dizer que esta sociedade de auditores tem dado boa conta do trabalho adjudicado; e,
2. Questionar o porquê da recente demissão do administrador desta empresa, assim como sobre a situação geral do Parque Industrial e se vai esta demissão provocar alguma alteração na sua dinâmica.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

Em resposta aos:

Deputado Sr. Armando Carvalho:

1. Dizer-lhe que se arranjar um oficial de contas que faça este trabalho gratuitamente, agradece;
2. Esclarecer, que no ano transacto, foi a empresa que apresentou valor mais baixo e não há nada que leve a colocar o seu trabalho em causa; e,
3. Informar que o montante em questão foi a proposta agora apresentada e que não lhe parecia correcto, ao fim de um ano de ter apresentado a proposta mais baixa, o facto de aumentar o preço fosse motivo para dispensar o seu trabalho.

Deputado Sr. Alberto Vilas:

1. Clarificar que o Dr. Vítor Alves continua como Presidente do Conselho de Administração da Interminho, mas não está de parte trazer à Câmara e à Assembleia uma proposta de redimensionamento da Interminho; e,
2. Dar conhecimento que os lotes do Parque Industrial se encontram todos vendidos e em fase de licenciamento final.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para dizer que é por imposição legal que temos que ter uma sociedade de auditores de contas mas que tal não obriga a que tenha que se manter aquela, ainda por cima com este aumento insultuoso.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para contrapor que a manutenção traduz um bom preço para o serviço que é prestado.

Submetido à votação e num universo de 25 votantes, verificaram-se os seguintes resultados: 1 voto contra (Sr. Armando Carvalho), 0 abstenções e 24 votos a favor. **Aprovada por Maioria.**

10º Ponto

Isenção de I.M.T. - Anexo nº 10

Intervieram:

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para fazer notar que, por uma questão de coerência, irão votar favoravelmente este pedido, questionando, no entanto, o Sr. Presidente da Câmara sobre se está a ponderar aceitar a sugestão do Gabinete Jurídico da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o Regulamento da Assembleia Municipal para conceder tal isenção.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para referir que também votarão favoravelmente mas, em relação ao parecer, depois de lida a Lei, destacar que não se pode criar um Regulamento que se sobreponha à Lei.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra**, para afirmar que pediu um parecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses, sugerindo a criação de um Regulamento.

Num universo de 25 votantes, registaram-se: 0 votos contra, 0 abstenções, 25 votos a favor.

Aprovado por Unanimidade.



Seguiu-se a leitura pela **Primeira Secretária da Mesa**, em exercício, **Dra. Margarida Rodrigues**, da Acta em Minuta, que posta à votação, num universo de 24 votantes, registou: 0 votos contra, 0 abstenções e 24 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Deputado Sr. Rui Marrucho** pretendeu inscrever-se para intervir neste ponto da ordem de trabalhos.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, teve que aos Senhores Deputados não deve ser permitido o uso da palavra nesta sede. Contudo, porque de um caso omissivo no Regimento se cuida, manifestou intenção de ouvir o plenário, antecipando eventual recurso, tendo aquele, por maioria, decidido contra a possibilidade de tal intervenção.

Verificando-se uma inscrição para este período, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, informou acerca dos procedimentos a adoptar, reportando-se ao no Regimento da Assembleia Municipal.

Assim, usou da palavra o **Sr. Carlos Chã** para solicitar esclarecimentos sobre:

1. O que se passa com a lixeira de S. Pedro da Torre;
2. Qual a situação da Casa Mortuária de S. Pedro da Torre;
3. Para quando os esgotos em S. Pedro da Torre deixarão de verter directamente para o Rio Minho;
4. O porquê de S. Pedro da Torre não ter uma amarração, existindo trinta barcos; e,
5. O porquê de nos eventos terem dado bilhete que permitia o acesso durante dois dias e no segundo dia pensar que este o tinha furtado.

A estas questões o **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, respondeu:

1. Lixeira – é um processo que se arrasta há muitos anos e as diligências feitas são as possíveis. Ninguém questiona o acórdão do Tribunal mas sim como se soluciona, uma vez que o Acordo Parassocial refere que encerrará “previsivelmente” ao fim de dez anos, o que deixa numa situação de difícil decisão. Tem que a solução ideal é a requalificação do espaço num Parque Ambiental;
2. Capela Mortuária – também queria manifestar a atitude vergonhosa que se tem e, a questão dos baldios nestas intervenções, é muito profunda. Há obrigações que estes têm e não estão a cumprir;
3. Esgotos – supõe que estivesse a falar de uma elevatória junto ao rio – está praticamente concluída uma elevatória compacta, em substituição;
4. Amarrações – Acha-se em estudo a construção de um ancoradouro; e,
5. Bilhete – em última circunstância, o Presidente da Câmara é sempre o responsável pelas situações, mas não sabe o que aconteceu.

Seguidamente, nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, agradeceu a presença de todos e, pelas 18h.00, deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais, se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José António Lopes Nogueira**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Técnica Superior de Relações Públicas,
